



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140938 - BA (2021/0002995-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : MURILO NEVES DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CORRÉU : JEFFERSON OLIVEIRA SOUZA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MURILO NEVES DE OLIVEIRA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8016101-63.2020.8.05.0000).

O recorrente foi denunciado em 14/10/2008 e preso preventivamente em 6/5/2020 pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, inciso I, do Código Penal, ocorrido em 9/12/2007.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, além da necessidade de concessão da prisão domiciliar em virtude da pandemia referente à covid-19.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente. No mérito, pede o provimento do recurso para que possa responder ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento onde está segregado do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 196):

[...]

Quanto à argumentação de que o Paciente faria jus à liberdade provisória ou à substituição da prisão por medidas cautelares, diante da pandemia do coronavírus, é de se notar que a recomendação do CNJ no sentido de reavaliar as prisões, diante do cenário de pandemia (Recomendação nº 62/20202), refere-se, em verdade, a uma reavaliação das custódias provisórias de presos que se encontrem em grupo de risco, o que não é o caso do Paciente.

É sabido que foram tomadas medidas e providências para evitar a disseminação do coronavírus no interior das unidades prisionais do Estado da Bahia e é importante ressaltar, ainda, que a vulnerabilidade dos internos do sistema prisional não pode ser presumida.

Com efeito, os órgãos governamentais estão tomando precauções e adotando medidas e planos de contingência a fim de proteger e resguardar a população carcerária do contágio do coronavírus, sendo que certo que o Impetrante não comprovou e nem sequer alegou que o Paciente integra grupo de risco ou que possui uma condição de saúde fragilizada.

Demais disso, a questão da liberação do Paciente em face da pandemia ainda não foi apreciada no Juízo de primeiro grau e também não poderia ser apreciada por este Tribunal, sob pena de supressão de instância.

Não há que se falar, outrossim, em direito à liberdade provisória ou substituição da prisão por medidas cautelares, com base apenas nas alegadas condições pessoais favoráveis do Paciente, uma vez que elas não justificam, isoladamente, a desconstituição da medida extrema, sobretudo quando presentes os seus requisitos autorizadores, como na espécie.

[...].

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente